

Mutirão julgará processos

Força-tarefa do Tribunal de Justiça tem de concluir 20 mil casos até dezembro. Objetivo é para cumprir a meta 2 do CNJ

» SAMANTA SALLUM

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) está em meio a um esforço concentrado para julgar até 19 de dezembro cerca de 20 mil processos em primeira e segunda instâncias. Corre para cumprir a Meta 2 da resolução baixada pela Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em março deste ano. A ordem foi para que os tribunais no país identificassem e julgassem todos os processos distribuídos até 2005. Uma forma de dar resposta à sociedade que reclama da morosidade do Judiciário. E, no momento, esta é a maior preocupação do TJDFT, o que está levando desembargadores, juízes e servidores que tinham férias ou licenças previstas para outubro a reagendar os afastamentos. O tribunal prepara para o próximo

mês um grande mutirão, como parte do planejamento de trabalho para acelerar os julgamentos.

No fim de julho, o TJDF conseguiu identificar que existiam 25 mil processos em primeira instância e outros 1,7 mil em segunda, dentro da situação prevista na Meta 2 do CNJ. Ou seja, um total de 26,7 mil. Começou-se então a força-tarefa de julgamentos. Baixou o número para cerca de 20 mil. Agora, em segunda instância, restam apenas 500. Mas a sobrecarga dos juízes é muito grande. Além dos processos que se enquadram na Meta 2, ainda têm de julgar os novos que foram distribuídos, que chegam a 275 mil. O que dá uma média de mais de 1 mil ações por juiz.

Mais agilidade

No início de agosto, o presidente do Tribunal de Justiça do DF, Nívio Gonçalves, baixou uma portaria com diretrizes para o cumprimento da Meta 2. "A medida foi tomada considerando o compromisso institucional do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios de oferecer à população uma prestação jurisdicional ágil, eficiente e de qualidade", destacou Gonçalves. "Vamos surpreender. O tribunal está empenhado nesse trabalho", completou. A portaria determina, entre diversas medidas,

que os juízes priorizem os julgamentos de processos anteriores a 2005 e convoca servidores para reforço de apoio ao trabalho.

Um banco de dados está sendo alimentado diariamente monitorando cada ação da Meta 2 que consegue ser julgada. "É preciso esclarecer que o julgamento não depende apenas de tempo e vontade do juiz. É muito necessário a colaboração das partes envolvidas no caso, na hora de entregar documentos necessários, por exemplo. Também há dificuldade em localizar réus. Nem sempre é o Judiciário que é moroso. Trabalhamos o máximo nas condições que temos", explica o juiz Eduardo Henrique Rosas, assistente da presidência, nomeado juntamente com a juíza Gislene Pinheiro de Oliveira como "gestor" do cumprimento da Meta 2.

Para o tribunal, a sobrecarga de trabalho significa também

eficiência. "Recebemos a demanda de pessoas que moram no Entorno e aqui, no DF, as pessoas além de serem mais conscientes de seus direitos, temos uma Justiça cada vez mais acessível à população", aponta a juíza Gislene Pinheiro. O universo de demanda chega a 3 milhões de pessoas.

Convocação

"Só não haverá julgamento em casos de impossibilidade procedimental. O juiz não pode atropelar regras", explica Eduardo Henrique Rosas. Na sexta-feira passada, foi convocada uma grande reunião entre o presidente do TJDF, Nívio Gonçalves, o vice-presidente, Romão C. Oliveira e o corregedor Getúlio Pinheiro de Souza com os juízes para pedir empenho, esclarecer procedimentos e oferecer apoio na força-tarefa.

Das 10 metas da resolução do CNJ, o TJDFT está bem encaminhado na maioria. Algumas antecipadamente já cumpriu, como o informatizar todas as unidades judiciárias, interligando o tribunal à internet; informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos, entre outras. Uma das novidades que será oferecida à população são terminais instalados no postos do Banco de Brasília (BRB) para que as pessoas tenham acesso gratuito ao andamento de seus processos.

E começa hoje a Semana de Conciliação. O Tribunal vai realizar audiências durante todas as manhãs, ampliando o horário desse tipo de atendimento, que é feito normalmente apenas à tarde. Espera-se promover acordos em pelo menos 600 casos, extinguindo as ações e, assim, ajudando a cumprir a meta 2 até dezembro.



Presidência do Tribunal de Justiça do DF e Territórios baixou portaria no início de agosto com as diretrizes para acelerar julgamentos até dezembro



Média de novas ações que deverão ser julgada por cada juiz, além dos processos da Meta 2